

Geovana Quinalha de Oliveira

professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens na mesma instituição e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Grupo de Pesquisa Crítica Feminista e Autoria Feminina: Memória, Cultura e Identidade.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3538-9362>

E-mail:

geovana.quinalha@ufms.br

Nathan dos Santos Francisco

é Graduando do curso de Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do grupo de pesquisa Crítica Feminista e Autoria Feminina: Cultura, Memória e Identidade.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9015-1587>.

E-mail:

nathan.francisco@ufms.br

Submetido em: 23/06/2025

Aceito em: 22/08/2025

Publicado: 10/12/2025

e-Location: 19818

DOI: 10.28998/2317-

9945.202586.437-456



ISSN: 2317-9945 (On-line) ISSN: 0103-6858 (Impressa)

Controle de gênero, violência doméstica e feminicídio em *Contos de amor rasgados*, de Marina Colasanti

Gender control, domestic violence, and femicide in Contos de amor rasgados (Torn Love Stories), by Marina Colasanti

Geovana Quinalha de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nathan dos Santos Francisco

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o livro *Contos de amor rasgados* (1980), de Marina Colasanti, a partir de um *corpus* crítico-teórico feminista com o aporte de autoras, como Rita Terezinha Schmidt (2012), Rita Segato (2022), Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2022), entre outras. O livro de Colasanti traz narrativas cujos temas perpassam o feminicídio e a violência doméstica contra as mulheres e outras formas de opressões e violências. A partir da proposta crítica de que a literatura é um produto cultural, político, ético e estético, debatemos a relação entre literatura e vida com o intuito de problematizar a estrutura patriarcal, seus modos de operação no corpo social e seus efeitos de sentido no texto literário. Acreditamos, portanto, que ler criticamente *Contos de amor rasgados*, como se propõe, é bastante significativo porque é uma forma de evidenciar, entre outras questões, as regulações e as performances de gênero advindas do sistema do patriarcado como práticas sociais que estruturam, potencializam e perpetuam as violências domésticas perpetradas contra as mulheres e os crimes de feminicídio.

Palavras-chave: literatura brasileira; Contos de amor rasgados; regulações de gênero; violência doméstica e feminicídio.

Abstract

The present work research aimed to analyze Marina Colasanti's book Contos de amor rasgados (1980) from a critical-theoretical feminist perspective, drawing on the work of authors such as Rita Terezinha Schmidt (2012), Rita Segato (2022), Branca Moreira Alves, and Jacqueline Pitanguy (2022), among others. Colasanti's book contains narratives whose themes range from femicide and domestic violence against women to other forms of oppression and violence. Based on the critical proposition that literature is a cultural, political, ethical, and aesthetic product, we discuss the relationship between literature and life with the aim of problematizing the patriarchal structure, its modes of operation in the social body, and its effects of meaning in the literary text. We therefore believe that reading Contos de amor rasgados critically, as this analysis aims to do, is quite significant because it is a way of highlighting, among other issues, the gender regulations and performances arising from the patriarchal system as social practices that structure, empower, and perpetuate domestic violence against women and crimes of femicide.

Keywords: *brazilian literature; contos de amor rasgados; gender regulations; domestic violence and femicide.*

PONTO DE PARTIDA

A literatura, como extensão das complexidades da sociedade, engendra e problematiza, entre outras questões, aspectos constituintes das relações de poder e de hierarquia do sexismo que permeiam as interações sociais, culturais e políticas. Nessa perspectiva, a obra de Marina Colasanti, *Contos de amor rasgados* (1980), reúne minicontos¹ que são representativos de estruturas dicotômicas e desiguais de gênero formadas por diversas opressões e violências experienciadas pelo corpo feminino² em nossa sociedade.

Com uma linguagem potente, a autora se lança à prosa poética que traz consigo narrativas cujos temas perpassam o feminicídio e a violência doméstica perpetrados contra as mulheres, dentre outras temáticas que envolvem relacionamentos entre casais, como ciúme, paixão, casamento e o espaço da casa. Seus minicontos expõem à superfície do pensamento crítico as relações hegemônicas de gênero constituídas

¹ O miniconito não se reduz apenas a contar uma história de maneira mais enxuta, e sim busca despertar a atenção do/a leitor/a com outros objetivos: compor uma crítica social, despertar para uma reflexão a respeito de um determinado assunto ou até mesmo para aguçar a capacidade intelectual do leitor. Outro ponto importante a ser discutido é a escolha do léxico para compor o miniconito, onde “[...] é comum ocorrer o uso de polissemia (diferentes sentidos para o uso da mesma palavra) e a omissão de conjunções.” (Santos, 2016, p. 7).

² O corpo feminino é aqui entendido em sua pluralidade, distante, portanto, da ideia sexista que separa homens e mulheres a partir do essencialismo biológico.

pelo patriarcado, cuja organização sistêmica definiu, e ainda define, lugares e papéis sociais para as mulheres e, por extensão, promovem as mais diversas violências de gênero. Diferentemente da concepção tradicional sobre o conceito de patriarcado e seu sentido literal de “governo do pai ou de direito paterno”, nossa leitura vai ao encontro de algumas proposições da crítica feminista que apreendem o patriarcado enquanto um sistema estrutural de opressão e violência em relação às mulheres cujas bases de dominação e poder masculinas modificaram-se e atualizaram-se no decorrer da história da humanidade ocidental e ainda são vigentes. O “patriarcado contemporâneo”, como propõe Lia Zanotta Machado (2000), e o “patriarcado moderno”, de Carole Pateman (1993), são possibilidades de se pensar o termo e suas peculiaridades na atualidade. O termo patriarcado é aqui utilizado, portanto, como um estruturador da sociedade.

As personagens femininas dos minicontos de Colasanti dialogam com a pluralidade das feminilidades e a forma como a estrutura sistêmica do patriarcado oprime as mulheres independentemente das subjetividades que carregam. Ao lançar luz sobre o *modus operandi* da política masculinista na manutenção de sua dominação, as subjetividades, histórias e as vozes de incontáveis mulheres são reunidas por uma prosa poética cujas tessituras manifestam posições críticas frente às configurações desse cenário. Assim, a autora, via ficção, problematiza e (re)apresenta as opressões e as violências sofridas pelas mulheres e pelo feminino. Em outras palavras, seu texto coloca em pauta não só uma realidade marcada pela violência simbólica e física em que mulheres, não raras vezes, são vítimas de violência doméstica, abusos psicológicos e sexuais e traumas provenientes da rejeição, subalternização e violação de seus corpos, como também evidencia o artefato literário enquanto um lugar de resistência e resiliência. Nota-se, portanto, um trabalho de ressignificação de temas em relação às personagens femininas na literatura brasileira e de suas implicações na realidade empírica, sobretudo quando se trata de questões voltadas para os direitos humanos e as políticas dos corpos das mulheres.

Com o miniconto *Enfim, um indivíduo de ideias abertas*, a autora inicia o prólogo de *Contos de amor rasgados* (1980) de modo a incitar leitoras/es a pensarem na literatura como lugar autônomo, livre de paradigmas, ou seja, enquanto um cosmo

marcado pela abertura à reflexão crítica em torno do próprio objeto literário e sua recepção: “[...] percebeu que a cabeça lentamente se abria” (Colasanti, 1980, p. 9). A partir desse trecho inicial do livro, é possível compreender o apelo à autorreflexão como o primeiro momento para a quebra de diversos conceitos cristalizados ao longo dos tempos, a exemplo dos papéis sociais forjados para homens e mulheres. A respeito dessa relação entre sentidos corporais e reflexões, Henrietta Moore (2015, p. 295) afirma que “[...] o mundo que vemos, ao qual nossa experiência adere para, apenas futuramente, tornar-se reflexão, ele já tem sua referência prioritária em nosso aparelho corporal posto em cena”. A afirmação de Moore nos auxilia a compreender mais profundamente as palavras de Colasanti no início de seu prólogo: “A coceira no ouvido atormentava. Pegou o molho de chaves, enfiou na cavidade fininha, [...] virou a pontinha da chave em beatitude, à procura daquele ponto exato em que cessaria a coceira” (Colasanti, 1980, p. 9).

Em alusão aos debates acerca das violências de gênero, pensamos em uma experiência símile na qual partimos daquilo que nos é mais próximo, nosso corpo, para então nos debruçarmos sobre questões exteriores que influenciam, direta e, ou, indiretamente, o modo como experienciamos tais violências. Nessa curta narrativa, Colasanti propõe um caminho de reflexão que parte do individual para o coletivo³ ou, melhor dito, a partir de um pequeno incômodo isolado, uma “coceira no ouvido” – que pode ser traduzido em questionamento e inquietação, por exemplo –, é possível transformar a maneira como pensamos e nos portamos criticamente frente aos desafios da coletividade. Desse modo, propomos, neste texto, conhecer um pouco mais a respeito dessa mulher que tem promovido, através de sua produção literária, o debate crítico acerca das diversas vivências femininas e modos de ser/existir das mulheres em cenários de dominação masculina.

A autora, nascida na Eritreia, antiga colônia italiana na África, em 1937, passou por países, como Líbia e Itália, até se estabelecer no Brasil em 1948, onde faleceu recentemente, em 28 de janeiro de 2025. Artista plástica de formação, desenvolveu sua carreira na área do jornalismo, televisão e literatura e ainda traduziu autoras/es universalmente reconhecidos, como Yoko Ono, Yolanda Reyes, Tomasi di Lampedusa,

³ Acerca da discussão entre o pessoal e o político ver HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. 2025.

Miguel de Cervantes, entre outras/os. Além disso, por possuir extrema afinidade com as artes visuais, estudou pintura, entre os anos de 1952 e 1956, e trabalhou como ilustradora de seus próprios livros infantis.

O projeto intelectual/estético emoldurado em *Contos de amor rasgados* instiga reflexões que tensionam as violências contra as mulheres com vistas a discutir as estruturas político-sociais e culturais formadas e propagadas a partir das hierarquias e dos controles de gênero impostos pelo patriarcado. Para discutirmos todas essas questões, optamos por dividir esse texto em dois tópicos: o primeiro terá como fio condutor os debates e os estudos feministas em torno da operacionalização das narrativas imaginárias constituídas ao longo da história ocidental com vistas à perpetuação da estrutura patriarcal; o segundo tópico tratará de análises críticas, pela perspectiva feminista, de três minicontos que integram o livro *Contos de amor rasgados*, a saber: *Para que ninguém a quisesse*, *Tudo na manga* e *Uma questão de educação*.

UMA PERSPECTIVA FEMINISTA SOBRE AS REGULAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Diversos debates feministas que se aglutinam em torno das diferentes violências contra as mulheres buscam historicizar e desvelar o *modus operandi* de discursos e práticas de controles sociais de gênero porque entendem que nelas se aloca uma linguagem da violência em relação aos corpos femininos. Os controles de gênero aos quais nos referimos – disseminados aos longos dos séculos na sociedade ocidental – constituem a política e a cultura do patriarcado e que devem ser entendidas como um conjunto de padrões de comportamentos e pensamentos baseados no sexo, ou seja, em uma concepção essencialista e dual do corpo cujos efeitos de linguagem criaram, e ainda criam, normas sociais, políticas e culturas que limitam as ações e os desejos das mulheres a uma visão invariável da “natureza”⁴.

Todo esse arranjo narrativo de significações incide na ideia milenar – desenvolvida e atualizada no decorrer da história humana – de que as mulheres estão

⁴ Categoria conceitual de natureza desenvolvida pela cultura humanista na filosofia e em outras disciplinas e será mais bem desenvolvida ao longo do texto (Cf. Schmidt, 2012).

sujeitas a cumprirem comportamentos e expectativas inevitavelmente atreladas à imanência “natural” do seu corpo. Como atestam pesquisas realizadas por Saffioti (2015), Colling (2014), Badinter (1985), Federici (2017), um corpo historicamente destinado à reprodução, ao cuidado e à submissão, como é o caso dos corpos das mulheres, foi reiteradamente imaginado como incompatível, por exemplo, para ocupar postos de poder e de intelectualidade porque tais encargos, supostamente, requerem “pulso firme” ou aquilo que se convencionou chamar de “virilidade”, elogios e atributos cujas características foram alocadas como inerentes e exclusivas dos homens cis e suas masculinidades.

O discurso de uma pretensa “natureza feminina” foi, e ainda é, arquitetado com o propósito de alocar as mulheres em lugares de subalternidades nos estratos sociais, ou seja, lugares de sujeição, abandono, abuso e submissão, apesar dos mais diversos enfrentamentos de muitas mulheres e outras pessoas no decorrer da história humana. Toda essa conjectura discursiva, cultural e política de traçar diferenças e hierarquias entre homens e mulheres é originária da ideia fixa de que o sexo é determinante para atribuir ao feminino o tropo da “mulher natural”, configurando, assim, uma relação direta entre mulher e natureza/domesticação/espço privado, como bem pontua Rita Terezinha Schmidt (2012).

Por outro lado, ainda na esteira do pensamento das categorias conceituais de natureza e da cultura discutidas por Schmidt (2012), constata-se a relação homem e cultura como representativa do processo social perpetuado em torno das masculinidades. Em outras palavras, a mulher estaria para a natureza assim como o homem para a cultura e a razão. A nosso ver, esse modelo homogêneo de barreiras e diferenças binárias forjadas ao longo da história por discursos filosóficos, religiosos, culturais, científicos e políticos persiste na atualidade, direcionando os papéis sociais de homens e mulheres de diversas maneiras e com refinados engendramentos operacionais, a depender de cada contexto, de cada nicho social e das novas ferramentas que vão surgindo, sobretudo aquelas ligadas às tecnologias.

A esse respeito, é importante pensar que as diferenças dicotômicas, falsamente construídas entre homens e mulheres, precisam considerar e nomear muitos outros eixos opressivos e de vulnerabilidade, como raça, etnia, classe, lugar, sexualidade,

etarismo e deficiência, porque as experiências dos corpos femininos são diversas e diferentes, a depender da interligação de tais categorias. Uma mulher branca, letrada e de classe média dispõe de recursos muitas vezes inacessíveis para aquelas que vivem no campo ou em contextos ribeirinhos e quilombolas, em que a educação e o acesso financeiro, por exemplo, são parcos e precários. Os corpos racializados, empobrecidos e trans, por exemplo, lutam diariamente pela sobrevivência, pelo direito basilar de existir e de poder circular democraticamente no mundo. As mulheres indígenas carecem do fortalecimento e da defesa, por parte do Estado, de suas comunidades e de instituições que considerem suas idiossincrasias e demandas. Essas questões, discutidas por autoras, como Lélia Gonzalez (1984), Truduá Dorrico (2014), Amora Moira (2017), para ficarmos em alguns exemplos, evidenciam que tais corpos ocupam, historicamente, lugares de subalternização impostos por estruturas sociais que excluem e deslegitimam aqueles que não se enquadram no perfil “homem-branco-hetero-cis-classe-média”.

O fato é que, diante das experiências heterogêneas, das diferentes demandas de necessidades básicas entre as mulheres, é preciso reconhecer alguns avanços na legitimação de leis do Brasil⁵ e na força de grupos feministas que têm, corajosamente, desenvolvido trabalhos de coalização⁶ nos ativismos, nos espaços acadêmicos, na política e no judiciário na defesa das mulheres e contra a misoginia, o racismo, a homofobia e todo tipo de preconceito. Tais conquistas e avanços, porém, não foram suficientes para erradicar a desigualdade, a discriminação, a opressão e as violências de gênero, por exemplo. Ainda experienciamos a ausência de ações mais efetivas do Estado-nação na proteção das mulheres e outros corpos dissidentes em suas variadas

⁵ Lei Maria da Penha (11.340/2006): cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção. Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012): tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares. Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013): oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos. Lei do Feminicídio (13.104/2015): prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando o crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. (Esse material faz parte da campanha “Você não está sozinha”, uma parceria do Sesc e UNFPA Brasil no combate à violência de gênero em todo o país). Disponível em: Conheça as leis e os serviços que protegem as mulheres vítimas de violência de gênero. As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: 20 maio 2024.

⁶ Referimo-nos ao feminismo de coalizão proposto por María Lugones (2014).

vulnerabilidades. Observamos uma atuação tímida da cultura política e educacional no sentido de fazer propagar o quanto as desigualdades e as violências são prejudiciais para o todo corpo social e todas as pessoas do país.

Além das questões apontadas, testemunhamos a forte exploração neoliberalista dos corpos das mulheres na difusão de ideias ligadas ao empreendedorismo individual, à meritocracia, ao sucesso pessoal e à autorrealização que inviabiliza as lutas coletivas pelos direitos humanos e o acesso pleno de todas e todos à democracia, como bem pontua Nancy Fraser (2013). No âmbito profissional hodierno, outra persistente opressão naturalizada é a constante necessidade de reafirmação que muitas mulheres ainda precisam exercer para alcançar e manter certas posições profissionais. A todo momento, seu potencial intelectual é colocado à prova e suas habilidades são desconsideradas, baseadas na concepção de “natureza” que estamos discutindo. Se para as mulheres brancas essa já é uma árdua tarefa, o que dizer das mulheres negras e indígenas que ocupam em menor escala os trabalhos intelectuais e, ou, cargos de destaque? E as mulheres com deficiência, cujos obstáculos vão desde os espaços que não acolhem suas necessidades de locomoção/afeto/compreensão até a luta insana por uma vaga no mercado de trabalho? E as mulheres trans, que, não raras vezes, são invisibilizadas, constrangidas e alvo de chacotas nas entrevistas de emprego? Que mulheres são essas? São mulheres oprimidas pelas estruturas patriarcais, racistas, homofóbicas e capacitistas em cenários de perversão e cujas demandas devemos ouvir para elaborarmos reflexões mais amplas e críticas quando falamos sobre políticas para as mulheres.

No bojo de todas essas relações violentas e forjadamente hierárquicas, às quais o mito da superioridade masculina e de uma natureza pretensamente destinada a exercer ações de poder se mostram latentes, assistimos no Brasil a atuação do conservadorismo e da extrema-direita reforçando, em vários setores sociais, as dicotomias sexistas nos espaços públicos e privados, a exemplo do estarrecido discurso⁷ da deputada estadual do Maranhão Mical Silva Damasceno (PSD), que,

⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/17/deputada-bolsonarista-do-maranhao-sugere-sessao-so-com-homens-pelo-dia-da-familia-mulher-deve-submissao-video.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.

durante sessão plenária, realizada no dia 17/4/2024, sugeriu que, em comemoração ao Dia da Família, o encontro na Assembleia Legislativa acontecesse apenas com homens (Zajdenweber, 2021). Isso porque, segundo a parlamentar, “[...] são eles quem mandam no ambiente familiar”. Ideologias de masculinidades tóxicas, como as proferidas pela deputada, são socializadas livremente em todos os setores da sociedade, como se vê nas redes sociais, onde diversos perfis compactuam com movimentos como *red pill*, *Incel* e *MGTOW* (*men going their own way*), que disseminam ideais sexistas, machistas e misóginas, além de defenderem o rompimento com as mulheres feministas, pois, segundo seus adeptos, o feminismo tem tornado as mulheres perigosas. Em outros âmbitos, como na educação, testemunhamos, atualmente, censuras a obras literárias, a peças teatrais e à recusa de debates que envolvam os feminismos e os estudos de gênero na construção de um mundo mais inclusivo e democrático.

As questões até aqui discutidas oferecem elementos para continuarmos a pensar no modo como a dicotomia das categorias conceituais de natureza x cultura, como proposto por Schmidt (2012), foi constituída, propagada e atualizada no sentido de conceber narrativas que pudessem “justificar” o lugar “natural” da sujeição do feminino em todas as esferas sociais, ou seja, o lugar de um corpo de dominação do outro, sujeito a opressões, culpas, idealizações e violências. Para Schmidt (2012), a relação entre razão e sentido, de certa maneira, reflete as relações de gênero que perpassam a rejeição do corpo da mulher.

Sob a ótica do empirismo prático, Francis Bacon, em *Novum Organum* (2017), assume a natureza como algo diretamente ligado ao feminino e que, portanto, necessita de controle, definição e dominação. Seu discurso consagra, ainda, a racionalidade sempre associada ao masculino e busca fundamentar a tomada e controle tanto da sociedade quanto do corpo da mulher. Nesse ponto da discussão, é necessário ressaltar que o feminino pode, em determinados momentos, se caracterizar como “[...] um conceito descolado da mulher enquanto realidade empírica” (Schmidt, 2012, p. 5). Pode-se notar que as violências de gênero não somente estão atreladas ao essencialismo do corpo da mulher, mas também à performatividade da feminilidade que lhes é imposta. Segundo Wittig (2023, p. 82), é preciso “[...] desassociar

completamente ‘mulheres’ (a classe dentro da qual lutamos) de ‘mulher’, o mito. Pois ‘mulher’ não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto ‘mulheres’ são o produto de uma relação social.” Assim, podemos identificar a feminilidade, ou sua falta, como um “estopim” para as violências que giram em torno da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais e pessoas não binárias (LGBTQIAPN+), tendo em vista a diversidade das maneiras de ser de cada indivíduo que nela se vê pertencente.

Ainda nessa direção de pensar a construção das narrativas de dominação masculina, a antropóloga Rita Segato (2022, p. 37-38), ao analisar diversos e diferentes mitos fundacionais dentro de uma grande quantidade de variados povos, afirma que o patriarcado se constitui como a forma mais arcaica da desigualdade entre as pessoas, isto é, como uma primeira pedagogia que fundamenta uma estrutura de hierarquização baseado no sexo. Os mitos fundacionais descritos por Segato atribuem às mulheres os papéis de pecadoras, desobedientes e indisciplinadas, como se vê no mito judaico-cristão. Para a autora, essa narrativa fundacional se apresenta como um corpo estrutural cujos ciclos se repetem em diversos povos nos cinco continentes por intermédio de enunciados da religião, da própria ciência e da família. Por essa razão, o sistema de dominação masculina é profundamente histórico, cuja proveniência é de um tempo remoto, anterior à dispersão humana. O fato é que a ideia de subordinação da mulher é autenticada e atualizada cotidianamente por narrativas legitimadoras e de regulação que envolvem, por exemplo, “dispositivos de poder” (Foucault, 1988) e “tecnologias de gênero” (De Lauretis, 1994).

No livro *Feminismos no Brasil: memórias de quem fez acontecer* (2022), Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy trazem diversas citações de filósofos, juristas, escritores e sociólogos (todos homens) que explicitam a relação histórica da construção da narrativa subalternizante que subjuga as mulheres, a exemplo de frases como: “Existe um princípio bom que criou ordem, luz, e o homem, e um princípio mau que criou caos, escuridão e a mulher” (Pitágoras, C.570-495 a.C. *apud* Alves; Pitanguy, 2022, s/p), “A natureza criou as mulheres para serem nossas escravas [...] elas são nossas propriedades [...] elas nos pertencem como a árvore que frutifica pertence ao jardineiro [...] que ideia louca demandar igualdade para as mulheres [...] as mulheres

não são nada mais que máquinas de produzir filhos” (Napoleão Bonaparte, 1769-1821 *apud* Alves; Pitanguy, 2022, s/p), “Deus criou Adão dono de todas as criaturas vivas, mas Eva arruinou tudo.” (Martinho Lutero, 1483-1546 *apud* Alves; Pitanguy, 2022, s/p). Tais discursos comprovam que “Nos grandes mitos fundadores da origem da humanidade a mulher é sempre a que transgride, acarretando maldições e castigos” (Alves; Pitanguy, 2022, p. 22).

Defendemos que todo esse imaginário em torno dos corpos femininos, até aqui enunciado, constitui bases importantes das regulações e controles de gênero e, por extensão, das violências perpetradas contra as mulheres. Nossa hipótese é a de que as normas sociais simbólicas apresentadas exercem um papel estruturante e nos leva a (re)pensar o espectro das diversas violências, como o feminicídio e a violência doméstica, enquanto um aglomerado de discursos culturais, simbólicos e políticos elaborados historicamente com vistas à dominação e sujeição das mulheres. Crimes como o feminicídio são, por exemplo, “[...] expressões de uma estrutura simbólica profunda que organiza nossos atos e nossas fantasias e confere-lhes inteligibilidade” (Segato, 2005, p. 270).

A literatura, como espaço de reflexão e denúncia, tem se revelado como um campo fértil para a exploração desse tema, proporcionando perspectivas críticas sobre as causas, efeitos e, principalmente, sobre a invisibilidade social dessa violência, cujos índices são alarmantes, como se vê diariamente nos noticiários e em dados apresentados, anualmente, pelo *Atlas da Violência*, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelo *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, pelo Instituto Patrícia Galvão, entre outras reconhecidas instituições. No âmbito literário (e para além dele), Marina Colasanti traz à tona as diferentes facetas dessa problemática, como veremos no tópico 3 deste artigo.

Nesse sentido, reconhecer as manobras da estrutura sistêmica do patriarcado aqui elencadas nos auxilia a compreender: 1) o modo de atuação das dinâmicas políticas nas opressões e violências perpetradas contra as mulheres; 2) o modo como a est(ética) do livro *Contos de amor rasgados* (1980) constitui narrativas cujos efeitos de formatação põem em evidência diversos códigos que perpetuam valores e ideais

nocivos à manutenção do direito à vida das mulheres, como veremos mais detalhadamente no próximo tópico.

A LITERATURA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Todas as questões até aqui apresentadas em torno do controle dos papéis de gênero exercido pelos engendramentos patriarcais podem ser vistas e discutidas por intermédio de diversos discursos e produções culturais, a exemplo da literatura de Marina Colasanti e de muitas/os outras/os escritoras/es cujos projetos artísticos põem em debate as opressões, as sujeições e as violências que ainda acometem as mulheres. No Brasil, podemos citar nomes como: Luiza Romão, Patrícia Melo, Adriana Lisboa, Sheyla Smaniotto, Carla Negreiros, Nélida Piñon, Jennifer Clement, Aline Bei, Ana Elisa Ribeiro, Conceição Evaristo, Ryane Leão, Mel Duarte, Cidinha da Silva, Jarid Arraes, Eva Potiguara, Auritha Tabajara, Louise Erdrich, Eliane Potiguara, Carola Saavedra, entre outras. Neste tópico, buscamos analisar como as composições textuais dos minicontos *Para que ninguém a quisesse*, *Tudo na manga* e *Uma questão de educação* tensionam estratégias est(éticas) voltadas à violência contra a mulher.

No miniconto *Para que ninguém a quisesse*, conseguimos identificar, de forma mais clara, como essa noção de controle sobre o corpo feminino, discutido nos tópicos anteriores, se faz evidente e tangencia os padrões de performances impostos às mulheres. Como forma de controle, o patriarcado tende a definir estereótipos que estabelecem condutas sobre o modo como uma “boa” mulher deve agir de acordo com o espaço em que está alocada. O conto, narrado em terceira pessoa, retrata, com uma linguagem poética e metafórica, uma relação conjugal heteronormativa na qual o homem sujeita sua esposa e controla sua forma de se vestir, maquiagem e cuidar dos cabelos, pois, nas palavras do narrador “[...] os homens olhavam demais para sua mulher.” (Colasanti, 1980, p. 109). Essa mulher, cujo nome não sabemos e cuja voz não ouvimos – uma mulher silenciada –, é vítima das imposições do marido durante toda a vida de casada:

Porque os homens olhavam demais para sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso,

sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos [...] E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou uma tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos. Agora podia viver descansado. Ninguém a olhava duas vezes, homem nenhum se interessava por ela (Colasanti, 1980, p. 109).

É de conhecimento comum que existe uma pressão avassaladora que recai sobre as mulheres quando o assunto é a expressão de suas subjetividades. Seus modos de agir, pensar, vestir-se, falar, cantar, dançar, relacionar-se afetivamente etc. são vigiados (Foucault, 1988) na dinâmica das relações de poder. No trecho que inicia *Para que ninguém a quisesse*, “Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e que parasse de se pintar” (Colasanti, 1980, p. 109), observa-se o controle sobre o corpo feminino. Além disso, a responsabilidade pelos olhares masculinos dirigidos à esposa é transferida para a própria mulher, reforçando, assim, a lógica da culpabilização da vítima.

Nesse cenário de controle e submissão, o marido, para preservar o que historicamente “lhe pertence”, dada a consciência de posse assentada pela instituição do matrimônio e por inúmeros outros discursos patriarcais, impõe uma série de proibições sobre a maneira de ser de sua esposa. Ainda não satisfeito, o marido “[...] pegou uma tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos” (Colasanti, 1980, p. 109). Os verbos mandar, exigir, tirar e tosquiar evidenciam a autoridade do esposo, que não apenas impõe suas vontades, mas também as executa, revelando uma relação de dominação e submissão que alimenta o patriarcado.

Ao longo do conto, torna-se mais evidente como a anulação das subjetividades e o sentimento de culpa incidem na vida da personagem: “Esquiva como uma gata, não mais atravessava praças. E evitava sair” (Colasanti, 1980, p. 109). Nesse trecho, observa-se um movimento quase que cirúrgico do marido para enxertar o sentimento de culpa e de incapacidade em sua esposa, a fim de fazê-la se sentir insuficiente para a vida pública, efeitos de formatação da literatura em relação ao que se vivencia em muitos lares.

É por esse viés de opressão e violência que a força motriz da narrativa é tecida. A personagem protagonista e suas vivências expressas no miniconto são construídas

de modo a representarem os obstáculos enfrentados por muitas mulheres nesse espaço de deslocamento entre o público e o privado e o modo como o patriarcado opera para criar um imaginário social no qual o homem se sinta em plenos direitos. Nesse contexto, emerge o chamado “pacto de masculinidade”, por meio do qual os homens sentem-se autorizados a subjugar as mulheres, reproduzindo diferentes formas de violência – simbólicas, físicas e emocionais. Ao denunciar o território da casa como um espaço de tortura, o fazer literário abre debate acerca das formas de atuação desse crime e da importância de rejeitarmos todas as formas de assédio moral, psicológico e físico nas relações matrimoniais ou em outros locais da vida. Ademais, é possível pensar os estudos e os ativismos feministas como proposições que questionam, dentre outras questões, as regulações sociais que estão por trás da violência contra a mulher, como é o exemplo das normas simbólicas de imposição da masculinidade que expomos, e a estrutura de exploração do corpo feminino como uma extensão do desejo masculino como se viu em *Para que ninguém a quisesse*.

No miniconto *Tudo na manga*, temos um narrador em terceira pessoa que descreve um mágico cuja fantasia é o assassinato de sua esposa a partir de um truque de mágica: “Todas as noites, serrando sua esposa em duas, o mágico pensava no que aconteceria se o truque não desse certo” (Colasanti, 1980, p. 73). O fenômeno da fantasia é um dos mais espantosos da psique humana. Partindo de Juan-David Nasio (2007), podemos compreender a fantasia como um “[...] pequeno romance de bolso que carregamos sempre conosco e que podemos abrir em qualquer lugar sem que ninguém veja nada nele, no trem, no café e o mais frequentemente em situações íntimas” (Nasio, 2007, p. 9). Entretanto, não raras vezes, essa narrativa interior passa a estar presente continuamente em nosso consciente e, sem que percebamos, se coloca como uma barreira entre nós e nossa realidade palpável. Entendemos, então, que muitos vivem sem saber que uma nuvem de fumaça sempre tornou opaca a realidade dos seus laços afetivos.

Diante disso, o mágico do miniconto de Colasanti, imaginando um cenário em que seu público assistiria à sua esposa desfalecendo dentro de uma caixa mágica, sente “[...] uma emoção doce como orgasmo” (Colasanti, 1980, p. 73). Em um primeiro momento, ao refletir melhor sobre seus “devaneios”, encontra-se impotente diante do

desejo de matá-la, uma vez que “A caixa era falsa. A serra era falsa” (Colasanti, 1980, p. 73) e somente um erro poderia concretizar a sua fantasia. Podemos compreender melhor a frustração do mágico diante da seguinte proposição:

A fantasia tem como função substituir uma satisfação real impossível por uma satisfação fantasiada possível. O desejo é então parcialmente saciado sob a forma de uma fantasia que, no cerne do inconsciente, reproduz a realidade (Nasio, 2007, p. 11).

Decidido a saciar totalmente seu desejo, o mágico recorre à calmaria do ambiente doméstico para pôr em prática suas fantasias em relação à esposa: “Na estagnação noturna de sua casa, sem refletores, sem rufar de tambores [...] pegou uma espada e cravou-a no coração de sua esposa adormecida” (Colasanti, 1980, p. 73). No entanto, ao retirar a espada do peito da esposa, encontrou-a sorrindo e imaginando que aquilo era outro de seus inúmeros truques de magia, visto que a lâmina havia se transformado em flores de papel. Depreendemos, portanto, que “[...] toda cena fantasiada é uma cena edipiana, uma vez que um protagonista busca possuir o outro ou ser possuído por ele” (Nasio, 2007, p. 14). No caso desse miniconto, vê-se a representação de uma sociedade calcada em preceitos patriarcais que fomentam a posse do corpo feminino pelo masculino e que fantasia sua contínua submissão.

Outra forma de violência relevante em nossa reflexão é a narrada no miniconto *Uma questão de educação*, visto que tem raízes em uma “ameaça imaginária da honra masculina” e retoma a concepção de que “[...] esposas são muitas vezes espancadas por infidelidades imaginárias, o que torna a violência e a ameaça de violência mais eficaz como meio de controle social” (Moore, 2000, p. 39).

Viu sua mulher conversando no portão com o amante. Não teve dúvidas. Quando ela entrou, decapitou-a com o machado. Depois recolheu a cabeça e, antes que todo o sangue escapasse pelo pescoço truncado, jogou-a na panela. Picou a cebola, os temperos, acrescentou água, e começou a cozinhar a grande sopa. Pronta, porém, não conseguiu comê-la. Ânsias de vômito trancaram-lhe a garganta diante do prato macabro. Nunca, desde pequeno, suportara a visão de cabelos na comida (Colasanti, 1980, p. 203).

No trecho inicial do miniconto, um narrador em terceira pessoa apresenta a figura de um homem que, ao se deparar com a cena de sua companheira conversando com outro homem, prontamente a julga como infiel, sem qualquer indício concreto, guiado por uma lógica possessiva: “Viu sua mulher conversando no portão como o amante. Não teve dúvidas. Quando ela entrou, decapitou-a com o machado”. (Colasanti, 1980, p. 203). Algo que chama atenção nesse trecho é o lugar escolhido para punir o suposto ato de infidelidade: o interior do ambiente doméstico. Diante desse cenário de violência doméstica, é preciso destacar o paradoxo do espaço onde muitas violências ocorrem, isto porque, a casa, ou seja, o espaço que deveria abrigar, é, muitas vezes, um lugar de tortura, opressão e morte. Nesse caso, como afirma Lia Zanotta Machado (2014, p. 124), a casa se apresenta como um “[...] espaço de poder desigual e de violência”. No decorrer desse miniconto, Colasanti recorre a uma estética insólita, que tangencia o horror, para descrever como o homem continua a torturar sua mulher mesmo depois de sua decapitação. “Depois recolheu sua cabeça e, antes que todo o sangue escapasse pelo pescoço truncado, jogou-a na panela. Picou a cebola, os temperos e começou a cozinhar a grande sopa” (Colasanti, 1980, p. 203). No entanto, o homem não consegue tomar a sopa por um pequeno detalhe: “Nunca, desde pequeno, suportara a visão de cabelos na comida” (Colasanti, 1980, p. 203).

O miniconto expõe, de maneira paródica, um sujeito masculino que executa um assassinato a partir da concepção da honra e de retomada de uma suposta moralidade; ao jogar com esses valores, expõe uma crise entre valores pessoais e coletivos. Essa crise é “[...] resultado do conflito entre estratégias sociais que estão intimamente ligadas a esses modos de representação” (Moore, 2000, p. 41), ou seja, para a personagem masculina do miniconto, os modos de se portar ante a mesa e no momento da uma refeição valem muito mais do que o próprio ato de feminicídio. Nesse sentido, evidencia-se na narrativa de Colasanti o desnudar de normas simbólicas e sociais em torno da honra masculina e da fidelidade feminina que expõem as contradições do sujeito masculino em crise com valores próprios da honra familiar e de normas sociais que prezam pelos bons costumes e pela moralidade (Machado, 2014, p. 107).

Diante das análises dos minicontos, foi possível compreender que a violência doméstica e o feminicídio atingem as mais diversas mulheres. Rita Laura Segato (2005) identifica uma linguagem comum e transversal a esse tipo de violência: “[...] atos de violência comportam-se como uma língua capaz de funcionar eficazmente para os entendidos, os avisados, os que a falam, *ainda quando não participem diretamente na ação enunciativa*” (Segato, 2005, p. 277, grifos da autora). Sob a perspectiva da linguagem, portanto, compreendemos que as violências contra as mulheres é uma forma de opressão que transcende questões etárias, de raça, de etnia, classe social, de sexualidade, geração e lugar. Apesar disso, é necessário ressaltar a presença de hierarquias que determinam a ordem e o grau das violências experienciadas pelas mulheres, pois “[...] onde há dualismos, há uma oposição binária calcada no privilégio de um termo sobre o outro, e onde há hierarquia, há controle” (Schmidt, 2012, p. 5). Essa hierarquização da opressão frente ao corpo da mulher configura-se como agente de estratégias excludentes que perduram e se modificam de acordo com as necessidades do poder hegemônico masculino.

No que tange às violências domésticas, incontáveis mulheres são vítimas de violências de gênero. Tal como os agressores retratados nos minicontos de Colasanti, muitos violentadores observam atentamente as rotinas de suas vítimas e, de forma ardilosa, aguardam o momento mais propício para atacar. Quando não encontram essa oportunidade em espaços públicos, recorrem ao ambiente doméstico como cenário para a violência. É comum que vítimas de violência doméstica tenham um tipo de relação familiar com seus agressores; essa forma de crime toma como base a opacidade do ambiente doméstico em relação às vistas da lei. Com isso, cerca de 56% dos/as brasileiros/as, entrevistados/as pelo Instituto Patrícia Galvão, afirmam conhecer homens que cometeram violência contra uma companheira ou ex-companheira (Instituto Patrícia Galvão, 2014, p. 56). Isso mostra que a violação do corpo da mulher tem se tornado cada vez mais normalizado à medida que dados, como o apresentado acima, revelam e constata a ocorrência reiterada e histórica desse crime. “Existe uma correspondência direta entre a fabricação da cultura e da política patriarcal, que sujeita e oprime as mulheres, com a perpetração da violência de gênero” (Oliveira; Querobim, 2024).

Todas essas questões, como vimos, foram debatidas por intermédio das reflexões provenientes do texto literário. Dessa maneira, pensamos a literatura como um lugar que congrega diversas e diferentes posições críticas, políticas e est(éticas) em relação ao modo como a sociedade se constitui e, por essa razão, defendemos a necessidade, cada vez maior, de disseminarmos, nos mais variados espaços, a leitura literária como possibilidade de enfrentamento e resistência a todo tipo de violência, a exemplo das violências de gênero que estruturam nossa sociedade. Esperamos que essas discussões sejam expandidas, aprofundadas e acrescidas de outros estudos sobre as relações de poder que sustentam as violências contra as mulheres e outros corpos dissidentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil**: memórias de quem fez acontecer. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, fevereiro de 2017.

BACON, Francis. **Novum Organum**. Los Angeles: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. IPEA. **Atlas da Violência 2023**. Brasília, p. 41-52, 2023.

COLLING, Ana Maria. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história. Dourados: UFGD, 2014.

De LAURENTIS, Teresa. A tecnologia do gênero. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura, 1994, p. 206-242.

DORRICO, Truduá. **Para viver é preciso ser oficial**. Disponível em: <https://www.goethe.de/prj/hum/pt/dos/ctr/25206296.html>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivi Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 22 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade - Livro I**: a vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Fraser, Nancy. **Fortunes of feminism**: from State-Managed Capitalism to neoliberal crisis. New York: Verso, 2013

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, p. 223-244, 1984.

HANISCH, Carol. O pessoal é político. In: FIRESTONE, Shulie; KOEDT, Anne (org.). **Notas do segundo ano**: libertação das mulheres. 1970. Disponível em: <https://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>. Acesso em: 17 ago. 2025.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dados sobre violência contra as mulheres**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br>. Acesso em: 16 ago. 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: **Sociedade Brasileira de Sociologia** (org.). Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. O medo urbano e a violência de gênero. In: MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia Monteiro; MOURA, Cristina Patriota de.(Orgs.) **A cidade e o medo**. Brasília: Verbena/Francis, 2014b, p. 103-125.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**. Trad. Plínio Dentzien. Revisão: Adriana Piscitelli. Campinas, SP, n. 14, p. 13-44, 2000. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635341>.

Acesso em: 10 jun. 2024.

NASIO, Juan-David. **A Fantasia**: O prazer de ler Lacan. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

OLIVEIRA, Geovana Quinalha de; QUEROBIM, Ana Beatriz. Rompendo Silêncios: Vista Chinesa e o Crime de Estupro Contra as Mulheres. **Revista Línguas & Letras**. Cascavel: Unioeste, vol. 25, n. 59, 2024.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SANTOS, Júlio César de Carvalho. O gênero miniconto por uma perspectiva bakhtiniana. **Pesquisas em Discurso Pedagógico**. Rio de Janeiro, v. 2, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28277/28277.PDF>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Para além do dualismo natureza/cultura: Ficções do corpo feminino. **Organon**. Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2012.

SEGATO, Rita. **Cenas de um Pensamento Incômodo**: Gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Trad. Ayelén Medail *et al.* 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, Rita. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, maio/ago. 2005.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Trad. Heci Regina Candiani. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ZAJDENWEBER, André. Deputada bolsonarista do Maranhão sugere sessão só com homens pelo Dia da Família: Mulher deve submissão. **O Globo**, 17 abr. 2024. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/17/deputada-bolsonarista-do-maranhao-sugere-sessao-so-com-homens-pelo-dia-da-familia-mulher-deve-submissao-video.ghml>. Acesso em: 30 ago. 2024.